

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Projeto de Iniciação Científica

**Partido dos Trabalhadores: posicionamento ideológico a partir do
discurso legislativo, 1990-2014**

Amanda Silva Mendes

Orientador: Prof. Dr. Pedro Feliú Ribeiro

São Paulo

2015

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVAS	3
2	OBJETIVOS	5
3	BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL	5
3.1	Panorama geral da Democracia	5
3.2	Multipartidarismo e Presidencialismo	6
3.3	Dimensões de Análise	7
3.4	Trajatória Petista: a transformação do Partido	9
4	MATERIAL E MÉTODOS	12
5	CRONOGRAMA	13
6	REFERÊNCIAS.....	13

1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVAS

Este projeto propõe uma análise do discurso em plenário dos legisladores petistas que atuaram quando o partido era oposição e quando era governo no Executivo federal. Iremos comparar discursos com temáticas semelhantes entre esses dois períodos para averiguarmos se a chegada à presidência pelo PT modificou o posicionamento de seus legisladores. Para orientar o trabalho, estabelecemos três questões centrais: houve mudança substantiva no posicionamento dos legisladores petistas enquanto o partido compôs a oposição ou o governo no âmbito federal? Há variação entre as distintas temáticas tramitadas no Congresso Nacional no período em que os legisladores do PT compunham a coalizão de governo ou de oposição? Qual o conteúdo substantivo da oposição entre os legisladores do partido e a presidência da república entre 2003 e 2014?

A premissa básica deste trabalho é a de que há significativa correlação entre as decisões políticas e a estrutura institucional (Schmidt, 1996; Zucco & Lauderdale, 2011). Sendo assim, sugerimos que a ascensão do PT ao Executivo federal tem impacto expressivo no comportamento do partido e, portanto, será a referência para o recorte temporal pretendido. Nesta transição, da oposição para o governo, pretendemos distinguir temas com os quais o PT se manteve coerente com suas preferências originais. Além disso, propomo-nos a identificar o conteúdo dos eventuais conflitos entre o presidente petista e a porção majoritária dos legisladores do partido entre 2003 e 2014.

A literatura se mostra coesa ao considerar que o PT enfrentou um processo de abrandamento ideológico, mas ainda diverge no quanto essa moderação impactou o partido (Coutinho, 2006; Lacerda, 2002; Ribeiro, 2008; Singer, 2010; Tarouco & Madeira, 2013; Vieira R., 2012; Vieira S.M., 2012; Zucco & Lauderdale, 2011). Em

perspectiva comparada, os estudos empíricos sinalizam esse abrandamento do PT, mas reafirmam a sua posição como representante da esquerda (Zucco & Lauderdale, 2011). Outros autores negam a caracterização do PT como partido de esquerda. Luiz Carlos Bresser-Pereira (2006, p. 37), em suas considerações sobre o governo Lula, afirma que “o que se viu foi um governo que, embora conservasse suas alianças com o sindicalismo e movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), revelou-se logo claramente de direita”.

Zucco e Lauderdale (2011) identificaram a migração do PT para uma posição mais ao centro do espectro ideológico, analisando as votações nominais dos deputados federais entre 1889 e 2010. Power e Zucco (2012) examinaram as prioridades da classe política brasileira por meio de *surveys* realizados entre 1990 e 2009. Esses autores sustentam que a esquerda brasileira passou por uma reorientação de suas preferências e ressaltam que os legisladores acreditam que houve certo grau de continuidade de políticas macroeconômicas entre os governos FHC e Lula. Campello (2013) afirma que a guinada do PT em direção a direita ocorreu apenas em 2002. Ao analisar a propaganda eleitoral do partido de 1989 a 2010, Campello enfatiza que houve uma convergência ideológica entre o PT e o PSDB para a direita a partir de 2002.

Percebe-se que a democracia brasileira pós Regime Militar é objeto de diversos estudos, e o Partido dos Trabalhadores assume papel de destaque em muitos deles. Pretendemos contribuir para a literatura com uma análise substantiva da transformação pela qual o PT passou. Adotando uma abordagem distinta das anteriores, utilizaremos o *wordscores* para analisar o discurso dos legisladores petistas em plenário. Determinamos dois objetos de análise neste projeto: o discurso em plenário dos legisladores petistas que atuaram tanto quando o PT era oposição (1990-2002), como

quando o PT era governo (2003-2014), e o conteúdo do conflito entre o Legislativo e o Executivo federais petistas entre 2003 e 2014.

2 OBJETIVOS

Os objetivos desta pesquisa estão apontados a seguir:

- Mapear votações semelhantes do ponto de vista temático entre dois períodos: 1990 a 2002 e 2003 a 2014, comparando o discurso em plenário de legisladores petistas que estiveram presentes em ambos os períodos destacados, enquanto oposição e enquanto governo.
- Determinar o grau de semelhança ou diferença entre o posicionamento político dos legisladores petistas ao longo das últimas duas décadas e meia.
- Analisar o conteúdo substantivo da posição dos legisladores do partido que majoritariamente votaram contra o Executivo entre 2003 e 2014.

3 BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

3.1 Panorama geral da Democracia

A partir das décadas de 1970 e 1980, com o fim da Guerra Fria e a decadência do “socialismo real”, houve um avanço numérico significativo de países em direção ao sistema democrático de governo. Procurou-se estabelecer uma melhor regulamentação do sistema político, com normas bem definidas e maior respeito aos procedimentos institucionais (Pasquino, 2002). Bobbio define *democracia formal* como “um método ou um conjunto de regras de procedimento para a constituição de Governo e para a formação das decisões políticas” (Bobbio, Matteucci, & Pasquino, 1983, p. 326).

A democracia, segundo essa interpretação, não define o *conteúdo* das decisões dos agentes democráticos, apenas os mecanismos do *processo* decisório. Sendo assim, doutrinas e valores fundamentais opostos podem coexistir quando regulados pelo sistema (Bobbio, Matteucci, & Pasquino, 1983). Essa peculiar característica nos possibilita induzir que a esquerda, base ideológica do Partido dos Trabalhadores, não é essencialmente contrária a democracia. Aliás, a defesa do socialismo democrático é a vertente ideológica predominante no partido (Lacerda, 2002).

No entanto, o programa partidário do PT preconiza mudanças na estrutura econômica e social, geralmente impactando de forma negativa os interesses da elite dominante. Essa tensão teria sido o principal obstáculo para o partido conquistar um maior espaço nas esferas mais altas do poder durante a década de 1990. Para Pereira-Bresser (2006), o PT foi incapaz de contrariar os interesses da classe dominante e descaracterizou-se como representante da esquerda.

Parte desse trabalho fundamenta-se na hipótese de que a estrutura institucional força os agentes políticos à moderação. O Brasil alcançou considerável grau de estabilidade política nas últimas décadas e a crescente institucionalização é um fator essencial para compreendermos como um partido fortemente coeso e ideológico em suas origens teria modificado seu posicionamento (Power & Zucco, 2012). Nosso intuito é, em parte, testar a validade dessa hipótese estudando a trajetória do PT.

3.2 Multipartidarismo e Presidencialismo

Uma importante característica do sistema político brasileiro é o multipartidarismo, apontado pela literatura tradicional como efeito de um sistema eleitoral proporcional. Isso tem efeito na fragmentação da Câmara Baixa e na posterior negociação que ocorre entre os parlamentares e o presidente (Nicolau, 1999). Por um lado, o partido governista terá que negociar com outros partidos de ideologia muitas

vezes distinta, fortalecendo a posição do Congresso e dos partidos de oposição (Burian, 2015). Essa diversidade partidária acentua a necessidade de se realizar concessões para a conquista de altos cargos e a formação de coalizões que garantam governabilidade.

Por outro lado, o modelo presidencialista garante ao presidente uma fonte de poder direta que intensifica a sua legitimidade perante outros atores políticos (Dahl, 1991). A influência do executivo sob o legislativo prevalece particularmente na América Latina, pois o presidente controla boa parte dos recursos do Estado e possui forte poder de agenda (Limongi & Figueiredo, 1998; Moisés, 2011; Zucco & Lauderdale, 2011). Nesse sentido, as proposições do Executivo têm maior alcance e efetividade do que as do Congresso. Sendo assim, o presidente, apesar de atuar em um sistema fragmentado, possui meios para impulsionar seus projetos dependendo menos das disposições desses múltiplos atores.

A dinâmica que envolve a transformação do PT no Executivo distancia-se em certo ponto do contexto legislativo de atuação de seus parlamentares, o que ressalta a necessidade de estudos mais substantivos em torno do comportamento dos legisladores petistas.

3.3 Dimensões de Análise

Lijphart (1989) associa o modelo consensual de democracia, como o brasileiro, a um conflito partidário multidimensional. Zucco e Lauderdale (2011) afirmam que o Brasil apresenta duas dimensões relevantes: a ideológica e a de apoio ao regime. Nossa primeira dimensão é definida segundo a lógica governo-oposição. A partir dessa variável, faremos a comparação entre dois períodos: o PT da oposição e o PT do governo.

A segunda dimensão de análise orientará os pontos a serem estudados. A partir dessa dimensão, as votações legislativas coletadas serão formatadas em grupos temáticos que permitam a comparação entre as amostras referentes ao período em que o

PT era oposição e governo no Executivo federal. Os temas estão definidos no quadro 1 abaixo retirado do trabalho de Feitosa e Miguel (2009), que definiram temas do discurso legislativo brasileiro de acordo com a literatura política norte-americana.

Quadro 1

<i>Hard Politics</i>
Relações exteriores do Brasil, política internacional ou política interna de outros países Defesa (segurança nacional) Reforma política e legislação eleitoral Administração pública e reforma do Estado Política brasileira Corrupção, sonegação de impostos e crimes contra a ordem econômica Política econômica e tributária Política industrial Política agrícola Violência e segurança pública (incluindo reforma do código penal e trânsito) Reforma agrária (e outras questões fundiárias) Questões internas do Congresso Outras questões de infraestrutura (transportes, telecomunicações etc.) Economia em geral
<i>Soft Politics</i>
Saúde pública e saneamento Habitação Direitos humanos Questões sociais (pobreza, desigualdade, fome) Meio ambiente Educação Cultura e esporte Direitos do consumidor Família, direitos reprodutivos, infância e adolescência
<i>Middle Politics</i>
Emprego, trabalho e formação profissional Ciência e tecnologia Funcionalismo público Comunicação social Propriedade intelectual, pirataria, biopirataria e assemelhados Previdência social Questões Irrelevantes e Outros Questões religiosas Homenagens e comemorações em geral Outros

Fonte: Miguel, L. F., & Feitosa, F. (2009). O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da Câmara dos Deputados. *Dados*, 52(1), 201-221.

3.4 Trajetória Petista: a transformação do Partido

Na década de 1970, mais precisamente em 1973 com o primeiro “choque do petróleo”, uma crise econômica expandiu-se pelos países capitalistas. O Brasil apresentou uma enorme regressão na qualidade de vida, com alta taxa de desemprego, arrocho salarial e aumento das desigualdades socioeconômicas. Esse cenário afetou o poder das figuras políticas tradicionais e a legitimidade do próprio Regime Militar cujo modelo político-social tornou-se cada vez mais insustentável com o agravamento da crise (Costa, 2013).

Nesse ínterim, a esquerda procurou se reorganizar e associar suas forças para exigir a redemocratização. Em 1980, o Partido dos Trabalhadores é fundado em São Paulo. No momento em que a Ditadura se encontrava em fase de abrandamento gradual, o PT surgia como importante condutor dos movimentos sociais contrários ao governo (Vieira R., 2012).

O PT formou-se com base em três grupos principais: os setores progressistas da Igreja Católica, influenciados pela Teologia da Libertação, empenhavam-se no estabelecimento de uma sociedade democrática; os novos sindicatos, imbuídos de ideologia mais *radical*, contrapunham-se ao antigo sindicalismo pelego dos populistas, e a intelectualidade de esquerda, mobilizados em favor da democracia e do socialismo, tinham em comum a vontade de iniciar uma nova fase na política brasileira (Singer, 2010). A literatura destaca a diversidade de atores que compunham a base do partido como um empecilho para o partido determinar uma agenda ideológica clara (Costa, 2013; Vieira R., 2012).

Durante a década de 1980, o PT reafirmou sua posição como defensor da classe trabalhadora e opositor do “fisiologismo” político (Singer, 2010). Condizente com sua acentuada interação com os movimentos sociais, o PT teve participação direta na estruturação e fundação da Central Única dos Trabalhadores em 1983 e do Movimento do Trabalhadores Rurais Sem Terras em 1984. O PT prometia-se inovador, um partido comprometido com a classe trabalhadora e com a participação democrática (Costa, 2013; Lacerda, 2012; Vieira R., 2012).

Na década de 1990, com a queda do regime socialista soviético, as esquerdas mundiais sofreram um duro golpe. O modelo neoliberal estava em franca expansão, sendo os governos de Margareth Thatcher e Ronald Reagan os paradigmas dessa nova fase do capitalismo mundial. As esquerdas passaram a atuar na defensiva e, enfraquecidas e desorientadas, procuravam meios para fazer frente à ofensiva capitalista (Costa, 2013).

O Brasil iniciou os anos 1990 com a eleição de Fernando Collor de Mello à presidência da República pela coligação de direita, Movimento Brasil Novo. O segundo turno foi disputado com Lula, candidato da coligação esquerdista Frente Brasil Popular. O bom desempenho do PT nas eleições municipais de 1988 teria iniciado uma nova fase do partido, marcada por uma flexibilização ideológica e um acentuado processo de burocratização (Vieira R., 2012).

Com o avanço das medidas neoliberais nos governos Collor e FHC, o movimento sindical e as outras manifestações sociais perderam ímpeto. O PT procurou se inserir cada vez mais na competição eleitoral, e a eleição de Lula para presidência tornou-se um dos principais objetivos do partido (Singer, 2010; Vieira R., 2012). Internamente, o partido era palco de uma intensa disputa, que fortaleceu a ala da direita, a qual defende que “luta social e institucional caminham juntas” (Lacerda, 2002, p. 71).

A partir de então, o PT começa a se distanciar de suas pautas mais radicais como a de reforma agrária e de reestatização (Vieira R., 2012).

No final da década de 1990, o neoliberalismo mostrou-se incapaz de promover a igualdade econômica e social. O resultado foi uma crise geral, com aumento na desigualdade e desemprego estrutural (Coutinho, 2006). Nesse contexto, em 2002, o Partido dos Trabalhadores liderou a oposição e, agora contando com o apoio de setores ligados ao grande capital, elegeu Lula como presidente da República e José Alencar, do Partido Liberal, como vice-presidente.

Parte da literatura especializada no tema ressalta o seguimento que o governo do Partido dos Trabalhadores deu às medidas neoliberais de seus antecessores (Coutinho, 2006). A principal continuidade estaria no tom em relação às variáveis macroeconômicas (Wiesehomeier, 2010; Power & Zucco, 2012). Ao invés de uma política “anti-imperialista”, o governo honrou seus compromissos com o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e os outros credores da dívida pública do país, instituições que eram alvo de duras críticas do partido nos anos 1980. O governo prestou auxílio aos grandes latifundiários, em detrimento da reforma agrária defendida reiteradamente pelo PT durante seus primeiros anos de existência. Os projetos de infraestrutura capturaram a maior parte da receita do governo, favorecendo as grandes empreiteiras e o setor privado (Singer, 2010).

O Partido dos Trabalhadores guarda resquícios do seu passado socialista, segundo a análise de Singer (2010), mas sua conotação radical esvaziou-se e o Partido cedeu a pressões do capitalismo. Em perspectiva comparada, o PT é considerado parte da esquerda sul-americana moderada. Para Kenneth Roberts (2007), o Partido compõe a “esquerda partidária institucionalizada”, essa vertente esquerdista teria passado por uma contínua moderação e transformação ideológica.

Nota-se que grande parte dos estudos sobre o tema direcionam-se para a análise comportamental do corpo Executivo do governo petista, considerando os discursos oficiais e a atuação do presidente na promoção de suas políticas públicas. Observa-se ainda que o governo Lula apresenta características tão peculiares que é considerado um fenômeno a parte, o “lulismo”.

Singer (2009) ressalta o distanciamento que se observa em 2006 entre a base de apoio tradicional do PT, ainda responsável pela maior parte das conquistas eleitorais do Partido no Congresso, e a nova classe de apoio ao Lula, constituída principalmente de setores de baixíssima renda. Nessa perspectiva, Hunter e Power ressaltam:

A tendência do apoio ao partido na Câmara dos Deputados, comparado ao de Lula, é cada vez mais incongruente. Enquanto Lula fez impressionantes avanços nas regiões mais atrasadas do país (os grotões, o mais duradouro calcanhar de Aquiles do PT), a fortaleza do partido continua a ser a área mais urbana e industrializada do Brasil. (2007, apud Singer, 2009, p.96)¹

Este projeto propõe-se a centralizar esforços no comportamento do Legislativo. Sugerimos a hipótese de que o comportamento dos legisladores petistas também passou por um processo de transformação que, no entanto, segue uma dinâmica diferente da observada no Executivo e que ainda precisa ser melhor examinada.

4 MATERIAL E MÉTODOS

O comportamento dos legisladores petistas será dimensionado por meio da coleta e análise dos discursos feitos em plenário entre 1990 e 2014. As datas correspondem respectivamente à primeira eleição direta para presidente após o Regime Militar e ao fim do último mandato concluído no país. Os discursos estão disponíveis no site oficial do Congresso.

¹ Hunter, W., & Power, T. (2007). Rewarding Lula: executive power, social policy, and the Brazilian elections of 2006. In: Singer, A. (2009). Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos*, 83-102.

O trabalho se baseará no método *wordscores*² desenvolvido por Ken Benoit, Michael Laver e Will Lowe. O método consiste na análise quantitativa de textos políticos, gerada automaticamente pelo programa de mesmo nome disponível em Stata. O *wordscores* estima a posição política de textos "virgens" a partir de textos "referência", nestes a posição política é definida *a priori* pelos pesquisadores (Laver, Benoit & Garry, 2003).

Para realizarmos esta pesquisa, iremos recolher discursos tanto de legisladores petistas, como de legisladores com posição oposta ao PT entre 1990 e 2002 para compormos os textos de referência. Isso para ampliar a quantidade de palavras analisadas e o conteúdo disposto. Estabelecido o tema, recolheremos discursos de petistas sobre temas semelhantes entre 2003 e 2014 e iremos inferir a posição desses legisladores a partir dos textos de referência. Podemos assim, quantificar a aproximação dos legisladores petistas em relação a posição de seus opositores do período anterior.

5 CRONOGRAMA

ATIVIDADES	Fev-Abr	Mai-Jul	Ago-Out	Nov-Jan
Revisão Bibliográfica				
Coleta dos discursos				
Separação temática dos discursos				
Análise dos discursos				
Redação do Trabalho				
Revisão do Trabalho				
Entrega do Trabalho final				

6 REFERÊNCIAS

Aranson, C., Roberts, K., Bethell, L., Mayorga, R., Kaufman, R., Agüero, F., . . . Russel,

R. (Agosto de 2007). *The 'New Left' and Democratic Governance in Latin*

² Disponível em: http://www.tcd.ie/Political_Science/wordscores/

- America*. Fonte: Woodrow Wilson International Center for Scholars:
<http://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/NewLeftDemocraticGovernance.pdf>
- Bobbio, N., Matteucci, N., & Pasquino, G. (1983). *Dicionário de Política*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Bresser-Pereira, L. C. (2006). O paradoxo da esquerda no Brasil. *Novos Estudos*, 25-45.
- Burian, C. L. (20 de Janeiro- Abril de 2015). Partidos políticos, ideologia y política exterior en Uruguay (2010- 2014). *Colombia Internacional*. Fonte: Colombia Internacional.
- Campello, D. (2013). What is left of the Brazilian Left? *Available at SSRN 2243118*.
- Costa, I. C. (2013). Os petistas e a crise do socialismo real: os desafios da renovação e as heranças das esquerdas tradicionais. *Revista Brasileira de História* , 309-330.
- Coutinho, M. (2006). Movimentos de mudança política na América do Sul contemporânea. *Revista de Sociologia e Política*, 107-123. Acesso em 07 de Julho de 2015, disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782006000200008&lng=en&tlng=pt. 10.1590/S0104-44782006000200008
- Dahl, R. (Setembro de 1991). O mito do Mandato Presidencial. *Lua Nova* , 24, 27-54.
- Lacerda, A. D. (2002). O PT e a Unidade Partidária como Problema. *Dados- Revista de Ciências Sociais*, 39-76.
- Laver, M., Benoit, K., & Garry, J. (2003). Extracting policy positions from political texts using words as data. *American Political Science Review*, 97(02), 311-331.

- Lijphart, A. (1989). *As democracias contemporâneas*. Rio de Janeiro: Gradiva.
- Limongi, F., & Figueiredo, A. (1998). As bases institucionais do presidencialismo de coalizão. *Lua Nova*, 81-106.
- Miguel, L. F., & Feitosa, F. (2009). O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da Câmara dos Deputados. *Dados*, 52(1), 201-221.
- Moisés, J. Á. (2011). *O papel do Congresso Nacional no presidencialismo de coalizão*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung.
- Nicolau, J. M. (1999). *Sistemas Eleitorais: uma introdução*. Rio de Janeiro: FGV.
- Pasquino, G. (2002). Curso de Ciência Política. Cascais: Principia.
- Power, T. J., & Zucco, C. (21 de Junho de 2012). Elite Preferences in a Consolidating Democracy: The Brazilian Legislative Surveys, 1990-2009. *Latin American Politics and Society*, pp. 1-27. doi:10.1111/j.1548-2456.2012.00161.x
- Ribeiro, P. J. (2008). Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005. *Tese (doutorado)- Universidade Federal de São Carlos*. São Carlos.
- Schmidt, M. G. (Setembro de 1996). When parties matter: A review of the possibilities and limits of partisan influence on public policy. *European Journal of Political Research*, pp. 155-183.
- Singer, A. (2009). Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos*, 83-102.
- Singer, A. (2010). A segunda alma do Partido dos Trabalhadores. *Revista Novos Estudos*, 89-111.
- Tarouco, G. d., & Madeira, R. M. (2013). Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, 149-165.

- Vieira, R. (2012). O transformismo petista: considerações acerca das transformações históricas do Partido dos Trabalhadores no Brasil. *Memorias. Revista Digital de Historia y Arqueología desde el Caribe*, 1-58.
- Vieira, S. M. (14-16 de Novembro de 2012). O Posicionamento Ideológico do Partido da Social Democracia Brasileira. *Trabalho apresentado no Quarto Congresso Uruguaio de Ciencia Política “La ciencia Política desde el Sur”, Asociación Uruguaya de Ciencia Política.*
- Wiesehomeier, N. (Julho de 2010). The meaning of left-right in Latin America: a comparative view. *The Helen Kellogg Institute for International Studies.*
- Zucco, C., & Lauderdale, B. E. (3 de Agosto de 2011). Distinguishing Between Influences on Brazilian Legislative Behavior. *Legislative Studies Quartely*, pp. 363-396.